



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - UFOPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - ICED
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

FERNANDA NOBRE MOTA

BERÇÁRIO: QUAIS AS FINALIDADES PEDAGÓGICAS?

**SANTARÉM-PA
2025**

FERNANDA NOBRE MOTA

BERÇÁRIO: QUAIS AS FINALIDADES PEDAGÓGICAS?

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia para obter a aprovação na Disciplina de Seminário de Apresentação de TCC pela Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA; Instituto de Ciências da Educação – ICED.
Discente: Fernanda Nobre Mota
Orientador: Prof. Dr. Juarez Galvão Bezerra

**SANTARÉM-PA
2025**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) da UFOPACatálogo de
Publicação na Fonte. UFOPA - Biblioteca Unidade Rondon

Mota, Fernanda Nobre.

Berçário: Quais as Finalidades Pedagógicas? / Fernanda Nobre
Mota. - Santarém-PA, 2025.
30fls.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia).Universidade
Federal do Oeste do Pará. Instituto de Ciências da Educação -
ICED. Licenciatura em Pedagogia.

Orientação: Juarez Bezerra Galvão.

1. Berçário. 2. Práticas Pedagógicas. 3. Desenvolvimento
Integral. I. Galvão, Juarez Bezerra. II. Título.

UFOPACampus Rondon

CDD 23.ed. 370




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Programa de Pedagogia

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO-TCC


Aos 4 dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, às 14:00hs, no laboratório de Pedagogia instalou-se a **banca de defesa de TCC** da discente **Fernanda Nobre Mota**. A banca examinadora foi composta pelos professores: **PROFº DR. JUAREZ BEZERRA GALVAO** (ORIENTADOR); **Mestranda em Educação (PPGE/Ufopa) Marcelle Cristianne Costa Mota Almeida** (Examinadora) e **Profª. Mestranda em Políticas Públicas (ICS/Ufopa) Luciana Maria Guedes dos Santos** (Examinadora). Deu-se início a abertura dos trabalhos, por parte do Orientador, que, após apresentar os membros da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, passou de imediato a graduanda para que iniciasse a apresentação do TCC, intitulado **BERÇÁRIO: QUAIS AS FINALIDADES PEDAGÓGICAS?**, marcando um tempo de 15 minutos para a apresentação. Concluída a exposição, o Profº. Dr. Juarez Bezerra Galvao, presidente, passou a palavra as examinadoras. Após as considerações e arguições sobre o trabalho em julgamento pela banca, foi **APROVADA** por unanimidade conforme as normas vigentes na Universidade Federal do Oeste do Pará. Para efeito legal segue a presente ata assinada pelo professor orientador e membras da banca avaliadora.

Documento assinado digitalmente

 **JUAREZ BEZERRA GALVAO**
Data: 14/07/2025 09:06:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof. Dr. Juarez Bezerra Galvao – Orientador

Documento assinado digitalmente

 **MARCELE CRISTIANNE COSTA MOTA ALMEIDA**
Data: 14/07/2025 09:13:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


(PPGE/Ufopa) Marcelle Cristianne Costa Mota Almeida – Examinadora

Documento assinado digitalmente

 **LUCIANA MARIA GUEDES DOS SANTOS**
Data: 14/07/2025 17:50:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(ICS/Ufopa) Luciana Maria Guedes dos Santos - Examinadora

Documento assinado digitalmente

 **FERNANDA NOBRE MOTA**
Data: 15/07/2025 23:59:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fernanda Nobre Mota - Discente

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço àquele que me deu a vida, força, coragem e a persistência para permanecer e trilhar esta jornada acadêmica extremamente árdua, Deus. À minha irmã Amanda Nobre, que nos momentos mais angustiantes, me ofereceu uma palavra de ânimo e de alguma forma, me fortaleceu e me encorajou a permanecer ao final desta caminhada. Minha família pelo apoio, em especial a minha mãe Maria Celina Nobre e meu sobrinho Heitor Felipe Nobre, os quais são as minhas maiores riquezas, sou inundada de amor por tê-los em minha vida. Ao meu orientador, Prof. Dr. Juarez Galvão por me orientar neste trabalho. Gratidão a todos que me impulsionaram e tornaram os meus dias mais leves e prazerosos na Universidade.

Agradeço a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) pelas experiências de aprendizagens e conhecimentos construídos ao longo desses anos. Meus sinceros agradecimentos também, à Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGES) a qual me cedeu o Chromebook, a fim de que eu finalizasse o trabalho de conclusão de curso (TCC), sou extremamente grata por toda atenção por parte dos servidores, os quais não mediram esforços para me ajudar.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”
(Paulo Freire)

RESUMO

Este artigo objetiva analisar as finalidades pedagógicas no contexto do berçário, com foco nos objetivos educacionais e metodologias aplicadas. O estudo busca compreender como práticas pedagógicas podem ser estruturadas para promover o desenvolvimento integral das crianças em seus primeiros anos de vida. Evidencia-se que o berçário deve ser concebido como um espaço educativo e as práticas pedagógicas devem respeitar as especificidades da infância, considerando o estímulo à autonomia e as possibilidades para que a criança seja independente e conhecedora do mundo. A pesquisa é fruto de uma revisão integrativa que teve o recorte temporal de 2010 a 2024, tendo como base a revista Educação e sociedade, a fim de levantar quais são as publicações que discorrem sobre a temática deste trabalho. Ao mesmo tempo, com uma revisão bibliográfica de autores presentes ao decorrer de nossa formação.

Palavras-chave: Berçário. Práticas pedagógicas. Desenvolvimento integral.

ABSTRACT

This article aims to analyze the pedagogical purposes in the context of the nursery, focusing on the educational objectives and methodologies applied. The study seeks to understand how pedagogical practices can be structured to promote the integral development of children in their first years of life. It is evident that the nursery must be conceived as an educational space and pedagogical practices must respect the specificities of childhood, considering the stimulation of autonomy and the possibilities for the child to be independent and knowledgeable about the world. The research is the result of an integrative review that had a time frame from 2010 to 2024 based on the journal *Educação e Sociedade*, in order to identify publications that address the theme of this work. At the same time, we added a bibliographic review of authors present during the course of our training.

Keywords: Nursery. Pedagogical practices. Integral development.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Publicações por ano de revista	20
Tabela 2 - Síntese das publicações da Revista Educação e Sociedade	21
Tabela 3 - Número de publicações de artigos/dossiês	22
Tabela 4 - Publicações aproximadas referentes ao tema	23

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 EDUCAÇÃO INFANTIL	12
3 BERÇÁRIO	14
4 ESPAÇO ESCOLAR E FORMAÇÃO DA CRIANÇA	16
5 NOSSA BUSCA TEMÁTICA	20
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

O espaço escolar, mais precisamente a ambiência do berçário é a porta para o desenvolvimento integral das crianças. Mas atualmente, ainda é possível encontrar neste espaço, a limitação de práticas pedagógicas oferecidas às crianças, visto que, para muitos profissionais, os bebês não têm percepção ou não entendem o suficiente para participar das atividades propostas, por isso, o cuidar acaba sendo o mais predominante. Partindo desse pressuposto, é importante evidenciar que ao longo da história, a criança foi compreendida como um ser imaturo, desprovido de inteligência e autonomia, ou seja, compreendida como um ser incompleto. Nesta concepção de criança, uma outra definição era caracterizada para se destinar a criança pequena, como por exemplo, um ser frágil que precisava ser assistido e cuidado.

É importante destacar que, ao longo da história da educação infantil, as primeiras instituições eram vistas como um lugar de guarda e proteção às crianças carentes da sociedade. Isto prevaleceu ainda mais com a dicotomia na educação infantil, no qual as creches eram destinadas às crianças carentes da sociedade sendo um lugar de assistência, e as pré-escolas às crianças mais favorecidas da sociedade, sendo um espaço de preparação e educação. Ambas não seguiam as mesmas finalidades pedagógicas. No entanto, com a criação das leis, como a Constituição Federal de 1988, toda criança deve ter direito à educação e ao seu pleno desenvolvimento, seja em creches ou pré-escolas.

Atualmente, o professor da educação infantil tem grande responsabilidade para dar acesso à cultura. Nesse sentido, é preciso considerar que o desenvolvimento do ser humano se dá a partir desta cultura. Sendo assim, a criança do berçário da educação infantil, precisa estar em contato com diversas experiências. Um bom exemplo disso, é a vivência dentro do espaço escolar que esta criança precisa ter para explorar e interagir com o meio a fim de alcançar o seu desenvolvimento integral.

Os autores Garcia, Pinazza, Barbosa (2021) corroboram acerca da participação dos bebês no contexto do berçário, destacando que muitos profissionais ainda têm a ideia de que os bebês precisam ser cuidados acima de qualquer situação, deixando fora de contexto a observação, o acompanhamento, as

oportunidades para que o bebê explore o ambiente. A organização de um espaço acolhedor o qual é significativo, acaba sendo esquecido, o que dificulta uma maior investigação do bebê neste espaço.

O currículo da educação infantil, compreende o conjunto das vivências das crianças dentro da ambiência escolar, é através dele que se apresenta a qualidade do trabalho pedagógico, bem como, o planejamento, a avaliação, o cotidiano, a diversidade cultural e a organização do espaço infantil aplicado à rotina da criança.

A pesquisa é fruto de uma revista integrativa que teve o recorte temporal de 2010 a 2024. Ao mesmo tempo, soma-se uma revisão bibliográfica de autores presentes no decorrer de nossa formação.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL

Com a Constituição Federal de 1988, a educação passou a ser um direito a todo e qualquer indivíduo. No atual contexto, as creches e pré-escolas são consideradas como instituições de Educação Infantil e devem garantir o desenvolvimento integral da criança através do cuidar e educar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), bem como as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil, também garantem o direito à educação e o desenvolvimento das crianças, como assegura no Art. 29 “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996, p. 24).

Se antes a criança era vista como um ser incompleto, hoje, por meio da Lei, a finalidade é o desenvolvimento integral dela. Além disso, o espaço para a formação desta criança precisa estar organizado, as atividades devem estar planejadas e estruturadas para o seu melhor desenvolvimento. Como afirma a autora acerca desta organização:

Ser um lugar privilegiado de convivência entre crianças e adultos e ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas. Um espaço social que valorize a sensibilidade, a criatividade, a ludicidade e a liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (BARBOSA, 2010, p. 1)

A prática pedagógica do professor permite à criança desenvolver-se no espaço escolar. É necessário ressaltar que, a educação infantil se atenta mais às crianças do pré-escolar, deixando as crianças do berçário, por exemplo, limitadas apenas aos cuidados do professor. A autora discute acerca disso afirmando que

Até hoje as legislações, os documentos, as propostas pedagógicas e a bibliografia educacional privilegiaram a educação das crianças maiores. Isto é, apesar dos bebês e das crianças bem pequenas estarem presentes na educação infantil, as propostas político-pedagógicas ainda mantêm invisíveis as suas particularidades e não têm dado atenção as especificidades da ação pedagógica nas escolas de educação infantil. (BARBOSA, 2010, p. 1)

O currículo torna possível as experiências das crianças por meio das interações, mas é fundamental que o docente esteja sensível para apresentar às crianças atividades as quais atendam os interesses e necessidades delas. Assim como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), também compreendem o desenvolvimento integral da criança. Através das interações, da cultura e sua formação no mundo. Em seu artigo 4º, fica claro que a criança é um ser de direitos e que, através de suas experiências constrói saberes, bem como a sua identidade. Isto é possível por meio das experiências coletivas e individuais (BRASIL, 2010).

Tendo em vista estas experiências, é importante destacar que, a Pedagogia participativa é um exemplo da construção de aprendizagens. Conforme a discussão sobre esta definição

As pedagogias participativas, ao romperem com os modos transmissivos, têm como objetivo o envolvimento na experiência onde o processo de construção da aprendizagem dá-se na experiência contínua e interativa. Trata-se de um redimensionamento dos papéis dos atores implicados no processo educativo, em que a imagem de criança é de um ser competente e ativo, cuja motivação se sustenta no interesse pela própria ação, pela sucessão da atividade em si. (GARCIA; PINAZZA; BARBOSA, 2020, p. 5)

Para que isto aconteça, é necessário que o ambiente esteja propício para as interações, não somente o espaço educativo, mas as propostas planejadas, a intencionalidade nas ações educativas para as crianças, as rotinas, organização do espaço, entre outros aspectos. No entanto, diante das dificuldades existentes no

espaço escolar, é possível destacar a pouca participação das crianças nas atividades e a atenção maior para o cuidado dos bebês. Diante desse cenário

Há uma preocupação excessiva dos educadores no que se refere ao controle e à contenção das manifestações e secreções corporais dos bebês em geral, disciplinarizando o corpo. Com a contenção do movimento livre, corpos domesticados, as mentes e emoções permanecem sob controle. O exercício do poder nas ações do adulto está no fato dele julgar reconhecer as demandas e necessidades dos bebês, sem considerá-los em suas manifestações de potência, mas identificando-os como aqueles que não sabem e por serem 'incompletos', necessitam do adulto que provê e antecipa suas necessidades e define suas ações. (GARCIA; PINAZZA; BARBOSA, 2020, p. 17)

É fundamental que o professor esteja aberto para as necessidades e vontades das crianças, mas é importante que este profissional dê a liberdade a fim de que a criança potencialize a sua autonomia através das vivências como na exploração do ambiente.

3 BERÇÁRIO

O berçário é um espaço educacional que tem por finalidade desenvolver a formação da criança de maneira integral. No entanto, é importante investigar quais são as finalidades pedagógicas do berçário. Considera-se a criança como um ser ativo e completo, que possui inteligência, autonomia, vontades e necessidades, mas que ao longo da história não foi vista dessa forma. De acordo Barbosa (2020, p. 2)

Durante muitos anos os bebês foram descritos e definidos principalmente por suas fragilidades, suas incapacidades e sua imaturidade. Porém, nos últimos tempos, as pesquisas vêm demonstrando as inúmeras capacidades dos bebês. Temos cada vez um maior conhecimento acerca da complexidade da sua herança genética, dos seus reflexos, das suas competências sensoriais e, para além das suas capacidades orgânicas, aprendemos que os bebês também são pessoas potentes no campo das relações sociais e da cognição.

Segundo Kishimoto (2010, p. 1), "a criança, mesmo pequena, sabe muitas coisas, como por exemplo: toma decisões, escolhe o que quer fazer, interage com pessoas, expressa o que sabe fazer e mostra, em seus gestos, em um olhar, uma palavra, como é capaz de compreender o mundo". Os autores discutem acerca da criança no mundo, afirmando que

os bebês têm muito a entender a respeito deste mundo, muito a admirar, descobrir e são incansáveis, desde que tenham possibilidades de participar, interagir e experimentar tudo que está em seu entorno, porque se caiu, levanta; se sujou, limpa; se derrubou, pega e assim vão caminhando. (GARCIA; PINAZZA; BARBOSA, 2020, p. 18)

A exploração da criança no mundo, a torna capaz de desenvolver-se, pois é através das experiências que ela cresce. Barbosa (2009) diz que, os bebês constroem suas identidades a partir dos movimentos, como por exemplo, engatinhar, sentar-se e ficar em pé. Através desses movimentos, os bebês conseguem ver o mundo por meio de variadas posições. É preciso considerar que as experiências têm um valor significativo, pois apresenta as descobertas acerca do mundo, principalmente se tratando dos processos iniciais do desenvolvimento.

Os bebês possuem uma espécie de agência, no sentido de ter a capacidade de agir e de descobrir o mundo através de atividades as quais podem parecer simples para os adultos, no entanto, para os bebês é a forma de experienciar, de explorar e de descobrir, pois são seres ativos. Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), asseguram a brincadeira e as interações como eixo estruturantes. Nesse contexto, por meio deste documento é necessário

Garantir experiências que: Promovam o, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança [...] incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza; (BRASIL, 2010, p.25-26).

É possível desenvolver estas experiências por meio da brincadeira. O brincar é um instrumento de aprendizagem e desenvolvimento na primeira infância. Por meio dela, a criança explora o ambiente, alimenta sua curiosidade sobre o mundo ao seu redor, bem como, adquire sua autonomia. O significado do brincar e a sua importância é definido por Kishimoto (2010, p.1) como “uma ação livre, que surge a qualquer hora, iniciada e conduzida pela criança; dá prazer, não exige como condição um produto final; relaxa, envolve, ensina regras, linguagens, desenvolve habilidades [...]”. Ou seja, é uma ação significativa para os bebês, e acima de tudo, proporciona experiências fundamentais no processo de desenvolvimento deles.

Por meio do brincar, as crianças do berçário aprendem e exploram o mundo, elas atingem o desenvolvimento do corpo e tornam-se capazes de exercer a sua autonomia. Além disso, a brincadeira, na maioria das vezes, é vista como passatempo, sem relevância alguma, mas é preciso considerá-la como eficaz às crianças inseridas no berçário da Educação Infantil, sendo também, um direito de aprendizagem, como assegura a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). É por meio da manipulação de objetos que os bebês desenvolvem suas potencialidades

Bebês em torno de seis meses utilizam as mãos para manipular objetos, ver o que se pode fazer com eles e encaixá-los. A criança, nessa fase, “pensa com as mãos”. Pinos de encaixe coloridos, no formato de carrinho ou trem, chamam sua atenção, e os bebês querem saber o que se pode fazer com tais objetos. Usar o corpo como instrumento de conhecimento é característico de bebês e crianças pequenas. Eles gostam de entrar dentro de caixas, em buracos, túneis, passagens estreitas; apreciam empurrar, puxar, subir, encaixar, empilhar. Há brinquedos e materiais que auxiliam o conhecimento do mundo físico, entre os quais, as bolas, que são ótimas para apertar, conhecer a textura, cor, deixar cair para ver como rolam. Há bolas com diferentes funções: há as que produzem som ao toque, as que têm uma face espelhada, permitindo à criança conhecer a si mesma, ou buracos, que o bebê pode explorar enfiando o braço e a mão. (KISHIMOTO, 2010, p. 4)

A manipulação, portanto, torna possível a descoberta acerca do mundo, visto que é uma fonte de aprendizagem para a criança. Além disso, Barbosa (2010) afirma que o ambiente em que a criança está inserida, precisa estar alinhado com as necessidades dela, proporcionando-a desafios, bem como segurança, oferecendo a devida atenção.

Além disso, Pinton (2012) corrobora que a creche deve ser um lugar que propicie a criança desenvolver suas potencialidades, por meio do ambiente acolhedor e que o estimule a descobrir através, possibilitando também, suas experiências e interações a fim de estimular a formação da criança enquanto cidadã.

4 ESPAÇO ESCOLAR E FORMAÇÃO DA CRIANÇA

O espaço escolar é um lugar de descobertas, de acolhimento, de interações, de aprendizagens, educação e de formação da criança. Em se tratando acerca da educação infantil, bebês e o espaço escolar na formação da criança, é importante lembrar que no decorrer da história, as creches não eram vistas como

sendo um lugar de educação, mas como um lugar de guarda, restrito aos cuidados das crianças. Segundo Garcia, Pinazza e Barbosa (2020) a creche passou a ser conhecida como instituição educativa no Brasil, nos últimos 30 anos, no entanto, anteriormente era identificada como um lugar assistencial.

Educar bebês vai além de cuidados físicos, e requer atenção, sensibilidade para compreender as necessidades e interesses deles, bem como oferecer a cultura e o educar. Barbosa (2010) salienta que o cuidar e o educar, não é uma tarefa fácil, visto que, assim que os bebês adentram o espaço escolar, chegam com culturas diferentes, modos de receber cuidados diferentes, um brincar diferente, dentre outros aspectos. Além disso, sobre esse contexto

A escola, com a participação dos pais, organiza em seu projeto político e pedagógico, um modo de conceber a educação das crianças pequenas e oferecer práticas de vida coletiva, sem se descuidar das singularidades de cada família, de cada bebê e de cada profissional. Na escola de educação infantil, espaço público de educação coletiva, as práticas de cuidado e educação de bebês tornam-se um importante campo de estudos, debates e tomada de decisões que necessitam estar contemplados nos projetos pedagógicos. (BARBOSA, 2010, p. 4)

É preciso considerar a participação da família para a organização do trabalho pedagógico, a fim de que seja significativo as práticas desenvolvidas com os bebês, considerando a coletividade, bem como a individualidade de cada um deles. Tendo em vista esse aspecto, é importante considerar também, o currículo como significativo para as práticas com os bebês. Segundo Oliveira (2010), o currículo compreende as experiências e os saberes das crianças atrelados aos conhecimentos acerca da cultura, visando as práticas as quais são planejadas no cotidiano escolar. Ou seja, proporcionar experiências que favoreçam o desenvolvimento da criança, faz parte de um trabalho planejado, organizado e alinhado aos interesses das crianças. A autora sinaliza para estas intencionalidades que

O cotidiano dessas unidades, enquanto contextos de vivência, aprendizagem e desenvolvimento, requer a organização de diversos aspectos: os tempos de realização das atividades (ocasião, frequência, duração), os espaços em que essas atividades transcorrem (o que inclui a estruturação dos espaços internos, externos, de modo a favorecer as interações infantis na exploração que fazem do mundo), os materiais disponíveis e, em especial, as maneiras do professor exercer seu papel (organizando o ambiente, ouvindo as crianças, respondendo-lhes de

determinada maneira, oferecendo-lhes materiais, sugestões, apoio emocional, ou promovendo condições para a ocorrência de valiosas interações e brincadeiras criadas pelas crianças etc.). Tal organização necessita seguir alguns princípios e condições apresentados pelas Diretrizes. (OLIVEIRA, 2010, p. 5)

Dentre todos esses aspectos, salienta-se ainda, as interações as quais contribuem significativamente para o desenvolvimento das crianças. Segundo Kishimoto (2010), essas interações se dão a partir da interação do professor com o bebê, interação com as crianças, interação com brinquedos e materiais, interação entre crianças e ambientes, interação entre a instituição, a família e a criança. Considera-se a partir disso, as necessidades das crianças. Essas necessidades são direitos de toda criança na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o direito à cultura, ao expressar, ao conhecer, ao interagir e ao brincar. Adiante, Oliveira (2010, p. 5) ressalta que a criança

se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere. A maneira como ela é alimentada, se dorme com barulho ou no silêncio, se outras crianças ou adultos brincam com ela ou se fica mais tempo quietinha, as entonações de voz e contatos corporais que ela reconhece nas pessoas que a tratam, o tipo de roupa que ela usa, os espaços mais abertos ou restritos em que costuma ficar, os objetos que manipula, o modo como conversam com ela, etc. – são elementos da história de seu desenvolvimento em uma cultura.

É importante compreender que cada criança tem o seu tempo, e se desenvolve a partir de uma ambiência planejada, organizada e pensada para ela. Além disso, a criança do berçário precisa explorar, manifestar interesses, os quais nem sempre são atendidos, devido a falta de sensibilidade do educador. Oliveira (2010) ressalta que, para garantir o direito de a criança se desenvolver a partir da infância, as creches precisam organizar desafios, proporcionar experiências, as quais contribuam para a formação de sua personalidade, no sentido de cuidar de si e do outro. O ambiente precisa ser rico de possibilidades a fim de que a criança experiencie e torne possível a sua exploração para a contribuição de seu desenvolvimento neste espaço. Barbosa (2009, p. 4) afirma que

É importante para as crianças de 0 a 3 anos estarem num ambiente aconchegante, tranquilo e pleno de materiais que agucem a sua curiosidade e ação. (mas não hiperestimulante). Nesta faixa etária as crianças gostam

de brinquedos como móveis-coloridos, brilhantes, e que façam barulho-chocalhos, brinquedos para empilhar, martelar, puxar e empurrar, com guizos ou outros estímulos sonoros, objetos flutuantes, fios com contas, trapézios para o berço, brinquedos desmontáveis, copos ou caixas que encaixam umas nas outras, blocos e argolas para empilhar, livros de papel, pano, plástico com rimas, com ilustrações, brinquedos musicais, carrinhos, objetos para caixa de areia, blocos de tamanho diferentes, bolas de diversos tamanhos, utensílios de higiene de brinquedo, espelho, bonecas e bonecos, fantasias, fantoches, bonecos de pelúcia, quebra-cabeças simples, bonecos de dar corda puxando um fio, bonecos que se movimentam quando se puxa um fio, carretel com linha grossa e muitos outros... não muito pequenos e bem coloridos.

O educador precisa estar com o seu olhar atento para estes aspectos os quais priorizam uma ação significativa com os bebês, atrelados ao educar e ao cuidar, visto que estes são indissociáveis, por isso, devem seguir juntos. De acordo com Oliveira (2010), o professor deve planejar, observar e acompanhar como as crianças exploram ao seu redor, como usam suas curiosidades a partir do que está a sua disposição no espaço em que lhe foi preparado, e que contribui para a sua formação.

É necessário que o educador compreenda a importância de experiências que contribuam significativamente o desenvolvimento das crianças na ambiência do berçário, bem como, reconheça a importância de desenvolver as potencialidades da criança neste espaço escolar, por meio de práticas pedagógicas planejadas, as quais desenvolvam integralmente a criança do berçário da educação infantil. Para Oliveira (2010), as práticas pedagógicas no desenvolvimento das crianças acontecem por meio das interações com os professores e com as outras crianças, visto que contribuem para a construção de suas identidades. À medida em que elas interagem, os saberes são construídos, bem como a cultura infantil.

Além disso, Oliveira (2010), também enfatiza que as situações cotidianas criadas no contexto da creche, são indispensáveis para que a criança viva a infância, aprenda a conviver, pois ela desenvolve a autonomia, instiga a capacidade de a criança escolher e ajudar, como por exemplo, no momento após a dormida, que é um processo da rotina em que é necessário guardar os colchonetes, lençóis, guardar brinquedos, bichos de pelúcia que estão pelo chão. É um processo diário que auxilia significativamente na autonomia da criança

Em contrapartida, Pinton (2012) afirma que a creche ainda precisa de mudanças, visto que, o cuidar não está associado apenas aos aspectos físicos, mas

ao estímulo afetivo, visto que quando o bebê adentra ao espaço escolar, ele se depara com outras pessoas e crianças as quais não havia contato anteriormente, totalmente fora de sua realidade e cultura. Nos primeiros meses, é necessário que o professor dê a devida atenção e afetividade ao bebê, pois é a fase em que ele mais precisa de cuidados a fim de que se sinta seguro nas mãos dos profissionais em que foi entregue.

5 NOSSA BUSCA TEMÁTICA

A Revista Educação & Sociedade¹, seu objetivo é fomentar a pesquisa e o debate crítico sobre interações entre educação e sociedade, abordando temas como, práticas pedagógicas, bem como questões relacionadas à educação e entre outros. Além disso, é conhecida por sua contribuição significativa à área educacional, sendo indexada em bases internacionais desde 1998.

Visando analisar as pesquisas voltadas para os aspectos legais dos documentos oficiais de educação, pesquisou-se o que as produções científicas da Revista Educação e Sociedade publicaram durante os últimos quinze. O recorte se deteve no período de 2010 a 2024 e será desenvolvido conforme a seguinte etapa:

- Coleta de dados na Revista Educação e Sociedade para o levantamento das fontes relativas à temática do Berçário.
- Leitura dos títulos, palavras-chaves e resumos das temáticas relativas ao berçário se houver.

Por meio da pesquisa realizada no site da Revista Educação e Sociedade, localizou-se 638 publicações no período de 2010 a 2024, conforme a tabela abaixo.

Tabela 1 - Publicações por ano de revista

Ano de publicação	Volume	Quantidade
2010	31	42
2011	32	32
2012	33	17

¹ É um periódico acadêmico brasileiro publicado desde 1978 pelo Centro de Estudos Acadêmicos e Sociedade (CEDES), vinculado à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

2013	34	43
2014	35	38
2015	36	27
2016	37	14
2017	38	28
2018	39	24
2019	40	60
2020	41	61
2021	42	71
2022	43	65
2023	44	56
2024	45	60
Total	638	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir do repositório Revista e Sociedade (2010-2024)

Observa-se a partir desse quadro, um crescimento significativo da produção científica da Revista Educação e Sociedade de 2021. Esses dados refletem o crescente acesso de autores na produção científica do país. Além disso, as abordagens das temáticas pesquisadas revelam as variadas temáticas discutidas no site da revista, sendo destacadas na tabela abaixo a síntese das publicações.

Tabela 2 - Síntese das publicações da Revista Educação e Sociedade

Síntese de Publicação	Quantidade
Artigos	367
Análises das práticas pedagógicas	18
Formação de profissionais da educação	25
Debates e polêmicas	42
Imagens e palavras	59
Ensaio	2

Educação, raça, gênero e diversidade sexual	2
Dossiê	66
Dossiê: o lugar da educação no fortalecimento da democracia	9
Dossiê: financiamento da educação, políticas educativas e garantias de direitos	8

Fonte: Elaborado pela autora (2025) a partir do repositório Revista e Sociedade (2010-2024)

Observou-se com o levantamento realizado na Revista Educação e Sociedade, entre os anos 2010 a 2024, que as temáticas expostas não colaboram com a pesquisa, pois trazem outros temas os quais não estão relacionados e não trazem relevância para a pesquisa. As apresentações, sessões comemorativas, homenagem, síntese, editorial e demais publicações sem identificação, não foram destacadas na tabela 2, portanto, ao fazer a contagem das produções referentes a síntese de publicações, constatou-se que estas não condizem com o número total pesquisado durante o ano de 2010 a 2024.

Destaca-se que, artigos e dossiês são áreas de maior concentração com quantidades significativas de publicações, isto significa que ambas são muito utilizadas pelos autores. Na tabela abaixo, verificou-se o detalhamento dessas publicações.

Tabela 3 - Número de publicações de artigos/dossiês

Ano de publicação	Artigos	Dossiês
2010	43	6
2011	33	0
2012	24	34
2013	42	0
2014	35	8
2015	27	10
2016	19	27
2017	28	17

2018	23	9
2019	13	13
2020	16	11
2021	15	8
2022	20	3
2023	17	0
2024	12	25
Total	367	171

Fonte: Elaborado pela autora (2025) a partir do repositório Revista e Sociedade (2010-2024)

Por meio da categorização, nota-se quais são os anos com maiores números de publicações, com ênfase para artigos publicados no ano de 2010. No entanto, não houve publicações nos anos seguintes sobre a temática, destacando a ausência da temática dentro do período exposto. Por isso, apesar da densa quantidade de produções científicas presente no site da revista, alguns temas aproximam da questão debatida no nosso artigo, que é importante apresentar, de 638 produções totais, apenas 03 artigos abordam sobre a temática da educação infantil, conforme apresenta a tabela abaixo:

Tabela 4 - Publicações aproximadas referentes ao tema

Ano	Volume	Números	Título	Autores
2010	31	112	A Educação Infantil e o Plano Nacional de Educação: as propostas da CONAE 2010	Vieira, Livia Maria Fraga
2013	34	123	Uma Educação por vir: Infância e Potência	Hillesheim, Betina
2024	45	119	A Educação Infantil na Emília Romagna, Itália: Participação Social na garantia do direito a Educação	Correa, Maria Aparecida Antero Pinto, José Marcelino de Rezende

Fonte: Elaborado pela autora (2025) a partir do repositório Revista e Sociedade (2010-2024)

A primeira pesquisa selecionada é de Livia Maria Fraga Vieira (2010), intitulada “A Educação Infantil e o Plano Nacional de Educação: as propostas da CONAE 2010”, analisa a situação da educação infantil no Brasil na década anterior a 2010, à luz das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 e se fundamenta principalmente a análise crítica desse documento. Destacando os avanços, desafios e tensões na implementação dessas metas, especialmente no que tange à integração de creches e pré-escolas nos sistemas de ensino, conforme o marco legal estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O artigo está organizado de maneira didática e analítica, com estrutura textual clara e progressiva. O texto inicia com uma introdução que situa o leitor no debate educacional brasileiro, especialmente no contexto das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 e a proposta de renovação a partir da Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2010. Em seguida, a autora desenvolve uma fundamentação teórica que articula conceitos de políticas públicas, direito à educação e os marcos legais da educação infantil.

A metodologia adotada é a análise documental e crítica, com base em legislações, documentos oficiais e relatórios da CONAE. Na parte central do artigo, a autora analisa os limites do PNE anterior, sobretudo no que se refere à universalização da educação infantil, à valorização dos profissionais e à ausência de um padrão nacional de qualidade. A autora destaca como a CONAE 2010 propôs avanços importantes, como a ampliação da oferta de creches, a valorização da formação docente e a defesa do financiamento educacional a partir do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi).

Na conclusão, a autora reforça que as propostas da CONAE 2010 representam uma tentativa de superar os entraves do PNE anterior, propondo um novo ciclo de políticas públicas para a infância. Dentre os principais pontos estão: (1) a necessidade de articulação entre União, estados e municípios na responsabilidade pela oferta da educação infantil; (2) a urgência de consolidar o direito à creche como uma obrigação do Estado; (3) o reconhecimento da importância da formação inicial e continuada dos profissionais; (4) a defesa de mecanismos de financiamento que assegurem condições reais de qualidade. Por fim, a autora aponta que garantir a educação infantil como um direito exige vontade política, pactos federativos sólidos e mobilização social. O artigo contribui significativamente para o debate sobre a

efetivação do direito à educação na primeira infância, chamando atenção para o papel estratégico da CONAE na formulação de políticas públicas mais justas e democráticas.

A segunda pesquisa selecionada é intitulada “Uma Educação por vir: Infância e Potência”, de Betina Hillesheim (2013), aborda uma reflexão sobre as conexões entre infância e educação. Propõe uma abordagem educacional que valorize a criação de agenciamentos, estimulando o pensamento, dizendo "sim" à vida e multiplicando as formas de existência. O artigo sugere que a infância não deve ser vista apenas como uma fase preparatória para a vida adulta, mas como um tempo pleno de potência e criatividade. A metodologia do artigo é eminentemente filosófica e conceitual, buscando provocar reflexões sobre práticas educacionais que valorizem a infância como um tempo pleno de potência e criatividade. O artigo organiza-se de maneira ensaística e filosófica, com base em uma estrutura que, embora não tradicional, revela uma progressão conceitual clara. O texto inicia com uma introdução reflexiva inspirada no conto “O rio das quatro luzes”, de Mia Couto, que serve como dispositivo literário e filosófico para o desenvolvimento da argumentação. A seguir, Hillesheim constrói sua fundamentação teórica a partir das contribuições de autores como Deleuze e Guattari, explorando conceitos como tempo, pensamento, infância e potência. A metodologia do artigo é teórico-filosófica, centrada na análise conceitual e na criação de “personagens filosóficos”, como o Pai e o Avô, utilizados para problematizar a relação entre infância e o tempo cronológico tradicional.

Na parte central do texto, a autora propõe uma crítica às práticas educacionais convencionais que veem a infância apenas como um estágio preparatório para a vida adulta. Em contrapartida, defende uma educação que valorize a potência do presente da infância, sua capacidade de invenção, sensibilidade e pensamento criativo. A conclusão do artigo retoma os principais argumentos, reforçando que uma “educação por vir” não se trata de um modelo ideal a ser alcançado, mas de um movimento constante de reinvenção da prática pedagógica. A autora defende a construção de um tempo educacional que acolha a infância em sua inteireza, não como espera, mas como acontecimento.

Entre os principais pontos da conclusão, destaca-se: (1) a crítica ao tempo cronológico como único marcador da infância; (2) a defesa de uma educação

que diga “sim à vida” e que provoque o pensamento em vez de apenas reproduzir saberes; (3) o chamado à criação de agenciamentos pedagógicos que respeitem a pluralidade das existências infantis. Hillesheim encerra afirmando que uma educação por vir não está previamente dada, mas é construída no encontro, na escuta e na abertura à diferença. Dessa forma, o artigo convida educadores a romper com os automatismos pedagógicos e a cultivar práticas que acolham a potência criadora da infância como valor central do processo educativo.

A terceira publicação intitulada “A Educação Infantil na Emília Romagna, Itália: Participação Social na garantia do direito a Educação”, de Maria Aparecida Antero e José Marcelino (2024), examina o sistema de Educação Infantil na região italiana da Emilia-Romagna, reconhecida por suas práticas pedagógicas progressistas e políticas públicas voltadas à educação de crianças de 0 a 6 anos. A pesquisa, de abordagem qualitativa e fundamentada no materialismo histórico-dialético, inclui análise documental e um trabalho de campo de dez meses na Itália. Os autores identificam desafios significativos, especialmente na faixa etária de 0 a 3 anos, onde a falta de gratuidade e a não garantia plena do direito à educação limitam o acesso universal das crianças a creches. A estrutura do texto é didaticamente organizada em introdução, fundamentação teórica, metodologia, análise dos dados e conclusão. Na introdução, os autores apresentam os objetivos do estudo e justificam sua relevância ao destacar o sistema educacional da Emília Romagna como referência internacional. Em seguida, o referencial teórico é sustentado pelo materialismo histórico-dialético, abordando a educação infantil como direito social e a importância da participação cidadã na construção de políticas públicas.

A metodologia adotada é qualitativa, combinando análise documental com observações diretas realizadas durante um trabalho de campo de dez meses na Itália. A análise dos dados destaca aspectos positivos, como a forte participação das famílias e a gestão pública descentralizada. No entanto, também evidencia contradições, como a não gratuidade universal para crianças de 0 a 3 anos e a presença de parcerias público-privadas na gestão das creches. Na conclusão, os autores apontam que, embora o modelo italiano tenha avanços significativos, ele ainda apresenta desafios, principalmente no que diz respeito à universalização do atendimento e à garantia do direito à educação como dever do Estado. A crítica à

terceirização da gestão educacional reforça a preocupação com a mercantilização da infância.

O estudo contribui de forma relevante para o debate brasileiro, ao oferecer subsídios para pensar políticas públicas mais democráticas e eficazes. A experiência da Emília Romagna é apresentada como inspiração, mas também como alerta, ao mostrar que mesmo modelos considerados exemplares podem conter fragilidades. Por fim, os autores reafirmam a educação infantil como parte essencial de um projeto social comprometido com a justiça, a equidade e a participação coletiva.

A partir das leituras acerca das produções científicas destacadas, constata-se que os três artigos analisam diferentes perspectivas sobre a Educação Infantil, destacando Políticas Públicas e práticas pedagógicas. A ausência de publicações evidencia a necessidade de pesquisas relativas à temática, uma vez que, de 638 publicações no site da revista educação e sociedade no período de 2010 a 2024, apenas 03 publicações correspondem ao tema pesquisado. Considerando que embora tenham mencionado debates e reflexões sobre a educação infantil e entre outros, ainda é raro e escasso o tema referente ao berçário.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu evidenciar que o berçário deve ser compreendido como um espaço educativo fundamental, onde se desenvolvem práticas pedagógicas intencionais voltadas à constituição integral dos bebês enquanto sujeitos de direitos, ativos e competentes desde o nascimento. Ao analisar as finalidades pedagógicas nesse contexto, torna-se evidente que o cuidar e o educar são dimensões indissociáveis, que se materializam nas relações, nos gestos, nas linguagens e nas experiências vividas cotidianamente.

O artigo “A Pedagogia do Berçário: O que fazem os bebês?”, de Miriam Diroz (2024), contribui significativamente para essa compreensão ao afirmar que os bebês são protagonistas em suas trajetórias de desenvolvimento, capazes de explorar, interagir, comunicar-se e produzir sentidos a partir das experiências que lhes são ofertadas. A autora propõe uma ruptura com a visão tradicional e passiva da infância, defendendo uma pedagogia do berçário que reconheça e valorize a

escuta sensível, a observação atenta e a construção de vínculos afetivos como fundamentos para a mediação pedagógica. Nesse sentido, educar no berçário implica oferecer contextos ricos de interação e expressão, onde os bebês possam experimentar o mundo por meio do corpo, dos sentidos e das emoções.

De modo complementar, o artigo “Ambientes Naturais e Educação Infantil: Explorar, sentir e ressignificar” de Munhoz, Donizete e Sommerhalder (2022), amplia a noção de ambiente educativo ao destacar a importância do contato das crianças com a natureza desde os primeiros anos de vida. Ainda que, no berçário, as explorações ocorram de forma adaptada à faixa etária, é possível, e desejável que os bebês tenham acesso a materiais naturais, texturas, aromas, sons e paisagens que estimulem a percepção, a curiosidade e o encantamento. Ao propor uma pedagogia que valoriza a experimentação sensorial e a ressignificação dos espaços naturais, o texto ressalta o papel do ambiente como terceiro educador, conforme defendido pelas abordagens mais contemporâneas da Educação Infantil.

Dessa forma, conclui-se que as finalidades pedagógicas do berçário não se restringem ao atendimento das necessidades básicas dos bebês, mas envolvem uma ação educativa intencional, ética e estética, que respeite os tempos, as potências e as singularidades infantis. O berçário deve ser concebido como um território de aprendizagens, de descobertas e de constituição de subjetividades, onde o brincar, o cuidar, o sentir e o explorar se entrelaçam de modo inseparável, sustentando práticas pedagógicas que promovam o desenvolvimento integral desde os primeiros meses de vida.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. C. S. **A prática pedagógica no bercário**. Porto Alegre, 2009.

Disponível em: https://amavi.org.br/arquivo/areas-tecnicas/educacao-desporto/freivi/maria_carmem_barbosa.pdf. Acesso em: 28 maio 2025.

BARBOSA, M. C. S. **As especificidades da ação pedagógica com os bebês**.

Consulta pública sobre orientações curriculares nacionais da Educação Infantil. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010. Disponível:

<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7154-2-2-artigo-mec-acao-pedagogica-bebes-m-carmem/file>. Acesso em: 28 maio 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Presidência da República, 1996. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 28 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 28 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 28 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 28 maio 2025.

CORREIA, Maria Aparecida Antero; PINTO, José Marcelino de Rezende. **Educação Infantil na Emilia-Romagna, Itália**: participação social e desafios na garantia do

direito à educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 45, e270328, 2024.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.270328>. Acesso em: 14 maio 2025.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. **Educação & Sociedade**: revista do Centro de Estudos Educação e Sociedade – CEDES. Campinas: CEDES/UNICAMP, 1978 –.

Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/periodicos/educacao-sociedade>.

Acesso em: 31 maio 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa.

São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, Andréa C.; PINAZZA, Mônica A.; BARBOSA, Maria C. S. **Desvendando as pedagogias da creche: o que são práticas pedagógicas transmissivas em um berçário?** v. 24. São Leopoldo: Educação Unisinos, 2020. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2020.241.08>. Acesso em: 28 maio 2025.

GARCIA, Andréa C. e PINAZZA, Mônica A. **Cadê o nenê? Achou...: brincadeiras e aprendizagens no contexto da creche.** v. 8, n. 68, Palmas: Humanidades e Inovação, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7025>. Acesso em: 28 maio 2025.

HILLESHEIM, Betina. **Uma educação por vir: Infância e potência.** Educação Sociedade, campinas, v. 34, n. 123, p. 611 – 620, abr./ jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/bSZn3rWd5Y8Z59RjKT57Wpd/>. Acesso em 14 de maio 2025

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Brinquedos e brincadeiras na educação infantil.** In: Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – perspectivas atuais. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://eferpaulofreire.recife.pe.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/Brinquedos-e-Brincadeiras-na-El-Tizuko-Morchida-Kishimoto-FE-USP.pdf> . Acesso em 14 de maio 2025

MUNHOZ VELLOZO, L.; DONIZETE ALVES, F.; SOMMERHALDER, A. AMBIENTES NATURAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL: EXPLORAR, SENTIR E RESSIGNIFICAR. **Revista Educação e Infâncias**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoinfancia/article/view/29607>. Acesso em: 19 jun. 2025.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **O currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais?** Brasília: MEC/SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6674-o-curriculonaeducacaoinfantil&Itemid=30192. Acesso em: 31 maio 2025.

PINTON, Mariana Policastro. **Desenvolvimento infantil: contribuições à prática pedagógica no berçário.** 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/28578>. Acesso em 14 de maio 2025

VIEIRA, Lívia Maria Fraga. **A educação infantil e o Plano Nacional de Educação: as propostas da CONAE 2010.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 809–831, jul./set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RsDCWwhr7rCMjD8wBPrxGts/>. Acesso em: 14 maio 2025